

# Informação, memória e política: as bibliotecas monásticas medievais pela ótica do filme *O Nome da Rosa* (1986)

Marcelo Augusto Mendonça Domingues  
marcelodomingues@edu.unirio.br

Recebido em: 04/03/2024  
Aceito em: 16/06/2024

## Resumo

Ao longo do Medievo, três foram os tipos de biblioteca que se desenvolveram: a particular, a universitária e a monástica. Uma vez que a sociedade medieval se calcava na cultura cristã, é possível inferir que as bibliotecas dos mosteiros fossem as mais importantes, posto que essas instituições eram o centro da civilização cristã. Assim, o objetivo deste trabalho é utilizar o filme *O Nome da Rosa* (1986) para pensar sobre as bibliotecas monásticas medievais por meio das dimensões da informação, memória e política. Como procedimento metodológico foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documentária, na qual foi utilizado o filme em questão como ferramenta, uma representação do período trabalhado neste texto. As cenas do filme foram utilizadas como demonstração do entendimento histórico e biblioteconômico que se tem sobre esse tipo de biblioteca e como as perspectivas citadas podem ser compreendidas na biblioteca monástica. A partir da análise feita, pôde-se entender a biblioteca monástica a partir das perspectivas da informação, memória e política, de modo que as duas primeiras estavam condicionadas às vontades daqueles que detêm o poder. Desta forma, no Medievo, acesso à informação e salvaguarda documental se tornaram questões políticas. Portanto, a biblioteca monástica medieval foi um espaço político na medida em que seu acesso era restrito e todas as decisões tomadas a seu respeito eram medidas políticas e de demonstração de poder.

**Palavras-chave:** bibliotecas monásticas; idade média; O nome da rosa.

## *Information, memory, and politics: medieval monastic libraries through the lens of the film *The Name of the Rose* (1986)*

### Abstract

*Throughout the Middle Ages, three types of libraries developed: private, university, and monastic. Since medieval society was based on Christian culture, it is possible to infer that monastery libraries were the most important, since monasteries were the center of civilization. Thus, this work aims to use the film *The Name of the Rose* (1986) to think about medieval monastic libraries. As a methodological procedure, bibliographical research was carried out. The film was used to understand how medieval monastic*

*libraries absorbed the dimensions of information, memory, and politics in their daily lives. Scenes from the film were used to demonstrate the historical and library understanding of this type of library and how the aforementioned perspectives can be understood in the monastic library. Based on the analysis carried out, it was possible to understand the monastic library from the perspectives of information, memory, and politics, so that the first two were conditioned to the will of those who hold power. Thus, in the Middle Ages, access to information and document safeguarding became political issues. Therefore, the medieval monastic library was a political space in that its access was restricted and all decisions made regarding it were political measures and a demonstration of power.*

**Keywords:** middle ages; monastic libraries; *The Name of the Rose*.

## 1 INTRODUÇÃO

Constantemente pensada como uma “idade das trevas”, a Idade Média<sup>1</sup> foi, de certa maneira, um modo ocidental de reorganização da sociedade após o desmantelamento do Império Romano e anterior ao processo que levaria à Idade Moderna. Quase como que um momento de transição entre a Antiguidade e a Modernidade (Pauphilet, 1950 *apud* Martins, 2002), foi um período de algumas transformações<sup>2</sup> e de solidificação da cultura cristã – cultura esta, ressalta-se, que assim como a judaica, era muito ligada à escrita<sup>3</sup> (Barbier, 2018).

Ao entender a cultura cristã medieval como aquela na qual a escrita tem importância, infere-se que havia produção documental. Neste sentido, pode-se dizer que “havendo registros, haverá uma biblioteca, porque os homens precisam repartir o pensamento criado, disseminando-o para garantir a posse do conhecimento” (Milanesi, 2013, p. 13-14). Martins (2002) comenta que havia três tipos de bibliotecas durante a Idade Média: a particular, a universitária e a monástica. O primeiro tipo dizia respeito a aquele pertencente a alguém, para seu uso pessoal – em termos do período aqui tratado, geralmente um nobre<sup>4</sup> ou um clérigo. O segundo designava aquelas bibliotecas cuja entidade mantenedora era uma universidade – neste caso, o acervo visava dar suporte às atividades de ensino das universidades medievais. Muito embora as universidades tenham se desenvolvido de modo mais efetivo no alvorecer da Renascença, seu nascimento<sup>5</sup> é um fator de muita importância para o aumento no número de bibliotecas e na produção livreira (Martins, 2002): ao final do século XIV há algumas dezenas de universidades na Europa e cada uma delas conta com uma biblioteca (Murray, 2009). Já o terceiro tipo caracterizava a biblioteca que tinha lugar no interior dos mosteiros: “a biblioteca de muitas abadias só representa na maioria das vezes, em última análise, um conjunto limitado de livros, e o próprio termo biblioteca faz referência à Bíblia” (Barbier, 2018, p. 94).

Savage ([1923]) explica que quando o Império Romano foi derrubado pelas invasões bárbaras e as escolas atenienses e alexandrinas foram destruídas, era nos mosteiros cristãos que

<sup>1</sup> Para fins de melhor compreensão, a Idade Média aqui comentada será compreendida do período entre os anos de 476, com a queda de Roma, e 1453, com a tomada de Constantinopla.

<sup>2</sup> Le Goff (2005), explica que significativos progressos tecnológicos começam a acontecer a partir, por exemplo, do século XI, como o moinho d’água e a charrua medieval – tecnologia que, na verdade, foram inventadas na Antiguidade, mas que se desenvolveram no Medievo.

<sup>3</sup> De acordo com Frederic Barbier (2018, p. 68), “[...] as primeiras comunidades cristãs organizadas possuíam bibliotecas e arquivos, na Grécia e nas igrejas orientais. Mas trata-se apenas de uma documentação de caráter exclusivamente ou quase que exclusivamente religioso [...]”.

<sup>4</sup> Carlos Magno (742 – 814), por exemplo, grande investidor da arte e educação, era bibliófilo – inclusive incentivando clérigos a estudarem e ensinarem gramática e música, e a traduzirem as escrituras cristãs para o vernacular (Murray, 2009).

<sup>5</sup> “As primeiras universidades são criadas desde o final do século XI em Bolonha e em Paris, logo seguidas por Oxford (1167), e progressivamente por um número crescente de cidades” (Barbier, 2018, p. 115).

o trabalho de produção livreira encontrava abrigo. Assim, é válido notar como a produção de conhecimento, bem como dos suportes desse conhecimento, estavam bastante atrelados ao cristianismo e suas instituições. As igrejas<sup>6</sup> e, sobretudo, os mosteiros, eram importantes locais de salvaguarda documental e, também, em muitos casos, de produção:

Durante esse longo período [da Idade Média], o livro é indústria eminentemente e exclusivamente monástica. Mais do que um simples trabalho de ordem material, a cópia de manuscritos assumia foros de exercício espiritual, capaz de aprimorar as virtudes e de realçar os merecimentos sobrenaturais dos monges (Martins, 2002, p. 98).

O mosteiro era tido como centro da civilização medieval, principalmente na Alta Idade Média: ele foi, ao mesmo tempo, “um conservatório de técnicas artesanais e artísticas”, “um repositório da cultura intelectual”, “um centro de produção e modelo econômico”, além de “um centro da vida espiritual” (Le Goff, 2005, p. 115). No Ocidente, eles começaram a ser difundidos por São Bento<sup>7</sup>, de modo que, “depois dele, os mosteiros serão centros de produção, locais de redação e iluminação de manuscritos, núcleos de difusão religiosa” (Le Goff, 2005, p. 117). Conforme apontado por Barbier (2018, p. 81), “o papel de São Bento de Núrcia é decisivo, quando este institui a regra beneditina, cujo sucesso leva à generalização do princípio de estabelecer em cada mosteiro um *scriptorium*<sup>8</sup> e uma biblioteca”.

Entender o mosteiro como um centro de cultura na civilização medieval é perceber que “a preeminência do mosteiro mostra a precariedade da civilização do Ocidente medieval: civilização de pontos isolados [...]” (Le Goff, 2005, p. 116). É compreender, também, que a Cristandade tendia ao enclausuramento (Le Goff, 2005), e, em certa medida - como aqui se está falando de bibliotecas e informação - pode-se também pensar em uma tendência ao enclausuramento da informação.

É necessário ressaltar que a biblioteca medieval não se diferenciava muito do modelo antigo; ela era, de certo modo, “[...] um mesmo tipo [de biblioteca] que sofreu modificações insignificantes decorrentes de pequenas divergências de organização social” (Martins, 2002, p. 71): os materiais que compunham seu acervo, sua organização e seu funcionamento permaneceram basicamente da mesma forma.

## 2 O NOME DA ROSA (1986): BREVES COMENTÁRIOS

Baseado na obra homônima de Umberto Eco (1932 – 2016) (*Il Nome della Rosa*, 1980), e dirigido por Jean-Jacques Annaud, *O Nome da Rosa* (1986), é um filme de coprodução entre Alemanha, França e Itália, que retrata a jornada de William de Baskerville e seu aprendiz, Adso von Melk, em um mosteiro no norte da Itália, no ano de 1327. Ao longo de alguns dias de estadia no mosteiro, William e Adso tentam desvendar as causas ou culpados pelas mortes de alguns

<sup>6</sup> “Ao lado das bibliotecas monásticas propriamente ditas, devemos lembrar as bibliotecas de igrejas, chamadas bibliotecas capitulares e que começam a aparecer a partir do século IX. Tais bibliotecas nasciam de uma imposição material: é que todo capítulo, tendo obrigatoriamente um professor entre os seus dignatários, a necessidade de livros para o ensino era imperiosa” (Martins, 2002, p.86).

<sup>7</sup> De acordo com Martins (2002), a Ordem dos Beneditinos foi a que mais se identificou com o livro durante o Medieval, de forma que seu nome virou sinônimo de um trabalho intelectual bem executado.

<sup>8</sup> O *scriptorium* era o “local de um estabelecimento eclesiástico onde se fazia a cópia manuscrita de livros e iluminuras e se preparavam os cadernos para serem entregues aos escribas e iluministas e se procedia à raspagem dos palimpsestos – peças de pergaminho já utilizadas. [...]. Tinham duas funções: a cópia de livros para a biblioteca do convento e a cópia de livros para outras instituições religiosas os encomendantes” (Faria; Pericão, 2008, p. 655).

monges do lugar. Este filme, como é apresentado logo de início, é um *palimpsesto*<sup>9</sup> da obra de Eco. Com isso se quer dizer que se trata de uma nova roupagem ou uma nova escrita da obra do escritor italiano, uma reescrita que é cinematográfica; pensada a partir de uma obra já existente, mas concebida por meio de outra linguagem.

O filme é narrado a partir da perspectiva/das lembranças de Adso, o aprendiz, e, por sua opção, o nome do mosteiro é omitido. Segundo Silva (2011, p. 10)

O enredo do filme gira em torno do segundo livro de Aristóteles dedicado à comédia, cuja leitura é proibida [no mosteiro em questão]. Para garantir que não fosse lido, Jorge de Burgos o esconde em um lugar secreto da biblioteca e impregna suas páginas de veneno, certo de que o costume de molhar os dedos na língua para virar a página levaria à morte quem tivesse acesso à obra.

Tomando emprestadas as palavras de Marc Ferro (1992), para quem “[...] um filme, seja ele qual for, sempre vai além de seu próprio conteúdo”, este trabalho considera que *O Nome da Rosa* (1986) trata não somente a investigação dos assassinatos que ocorrem no mosteiro. Esse enredo, na verdade, é o pano de fundo para que Annaud narre sobre a disseminação da informação no Medievo e o papel que a biblioteca monástica assumiu mediante as suas dimensões de informação, memória e política.

Ainda que na visão de Ferro (1992) o filme seja incapaz de acrescentar algo à historiografia escrita, que ele não produza conhecimento histórico, defende-se aqui que o filme pode ser pensado como representação de um momento da história. Obviamente uma representação carregada de sentido e significado daqueles que o produziram – e do tempo no qual foi produzido - mas, mesmo assim, uma representação válida, uma ferramenta para se pensar o passado.

No recorte aqui trabalhado, *O Nome da Rosa* (1986) é um instrumento para pensar sobre a História do Livro e da Biblioteca na Idade Média a partir de três perspectivas: informação, memória e poder/política.

### 3 BIBLIOTECA E INFORMAÇÃO

Houve um momento na história da humanidade em que os registros do conhecimento eram raros/escassos (Milanesi, 2013); sua produção era demorada, devido ao caráter artesanal de sua fabricação, e seu acesso era restrito – fatores como baixa taxa de alfabetização e alto preço dos livros contribuíram para a restrição no acesso à informação. Bibliotecas, então, foram, durante o Medievo, locais de acesso cerceado, ou mesmo exclusivo a alguns grupos sociais.

Ou seja, nem sempre a biblioteca possuiu o caráter de livre acesso e disseminação da informação que tem atualmente. No que tangia às bibliotecas medievais monásticas: “o acesso a esses acervos guardados nos mosteiros limitava-se aos que pertenciam a ordens religiosas ou eram aceitos por elas. Ler e escrever eram habilidades quase exclusivas dos religiosos e não se destinavam a leigos” (Milanesi, 2013, p. 25). Biblioteca era, sim, um lugar de informação, mas não um lugar aberto a todos: “a biblioteca do mosteiro destinava-se à divulgação interna; era uma biblioteca fechada sobre si mesma, dedicada sobretudo à conservação, não incluindo nos seus objetivos a difusão para além das suas paredes” (Fevereiro, 1986, p. 9).

Deste modo, percebe-se que a biblioteca monástica não se colocava disponível ao profano, há nela um caráter sagrado que estabelece seu acesso somente a aqueles que pertenciam igualmente ao sagrado (Martins, 2002).

<sup>9</sup> “[...]; manuscrito no qual foi sobreposta uma segunda escrita sobre o texto original que foi total ou parcialmente apagado através da lavagem ou raspagem da membrana [de pergaminho]”; [...]” (Faria; Pericão, 2008, p. 546).

Em *O Nome da Rosa* o caráter de acesso restrito fica claro em duas cenas. Na primeira, após a visita matutina de William e Adso ao *scriptorium*, o primeiro pergunta ao seu aprendiz: “Onde estão os livros?”. Sabe-se que tanto copistas quanto tradutores precisavam basear sua tarefa em livros já existentes, mas, em sua visita, eles não avistaram os livros que deveriam dar esse suporte ao trabalho dos monges copistas; eles não viram a biblioteca do mosteiro. Então, onde eles estão? A suspeita de William recai sobre a torre: ele acredita que os livros podem estar guardados em algum lugar daquela torre – suspeitando que lá seja a biblioteca do mosteiro.

Em outra cena, quando finalmente os protagonistas conseguem adentrar à biblioteca, o filme a retrata como uma construção que não somente ficava em uma torre (confirmando a suspeita anterior de William), como ela era constituída de labirintos. Metaforicamente, essa estrutura pode ser entendida de duas maneiras. Na primeira o labirinto representa o próprio conhecimento, ele é um emaranhado de corredores e salas que, mesmo que sejam interligadas, pode fazer com que o leitor se perca nele. Um esclarecimento a este respeito aparece na cena em que William e Adso finalmente acessam a biblioteca do mosteiro – de forma clandestina/escondida - no entanto, em meio a tantos corredores, escadas e pequenas salas de guarda dos livros, eles se perdem um do outro e do ponto de início. A solução encontrada pelo jovem aprendiz foi utilizar um fio, tal qual no mito grego de Ariadne e o Minotauro. Na segunda interpretação – partindo da solução encontrada por Adso – só se pode sair (ou entrar) nos intrincados corredores do conhecimento mediante a utilização de um fio condutor; é ele que impedirá o leitor de se perder no mundo do conhecimento.

**Figura 1** - Adso e o labirinto de escadas que levam às salas da biblioteca



Fonte: *O Nome da Rosa* (1986)

Há ainda outro momento do filme que ilustra o acesso cerceado aos livros da biblioteca: estando os protagonistas passeando entre as salas que compõem a biblioteca é possível perceber que os livros ficam em estantes gradeadas – ainda que algumas delas estejam abertas. Mais uma vez é uma forma de mostrar ao espectador que o acesso à informação na Idade Média não era para qualquer um.

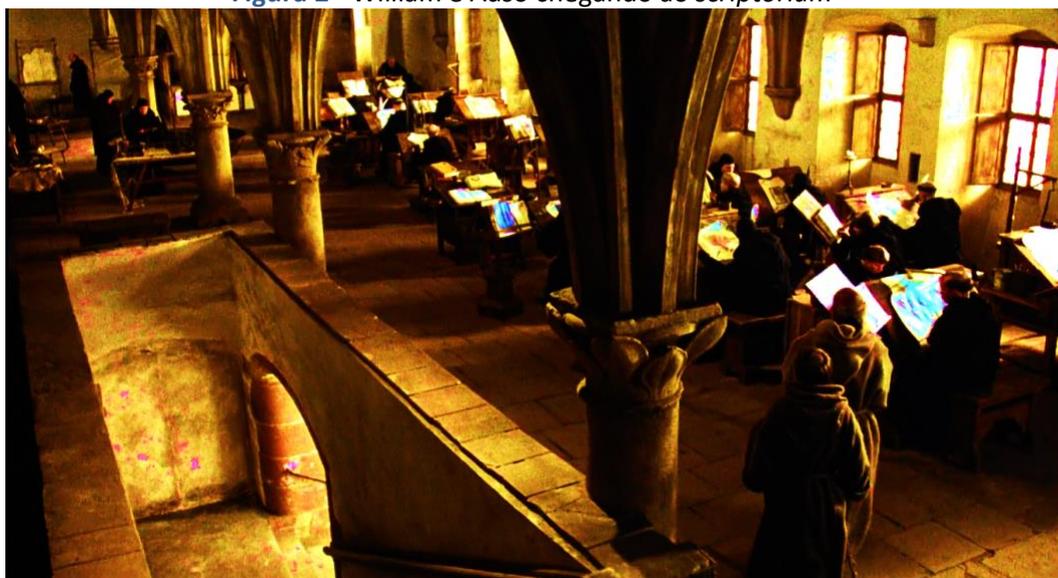
Por outro lado, pensar na biblioteca como espaço de informação é também considerar que não apenas se acessava conhecimento, mas ali – ou perto dali - ele era produzido: o *scriptorium* do mosteiro era o local por excelência vinculado à produção livreira. Era esse o espaço (basicamente uma oficina) onde os livros do mosteiro eram manufaturados: em um processo artesanal, os monges copistas transcreviam páginas de textos, traduziam obras em

outras línguas – no filme, um dos monges assassinados é um tradutor de grego -, ilustravam/iluminavam livros e encadernavam esses objetos.

No filme, o trabalho dos monges copistas é mostrado na primeira visita matutina de William e Adso ao *scriptorium* – na cena da visita noturna e na cena em que o monge aparece lendo o livro “proibido” também pode-se ter uma dimensão sobre o espaço sua disposição mobiliária, etc., mas é quando ele está ocupado pelos monges fazendo seu trabalho, que sua função fica mais clara. Essa oficina é uma grande sala: ao fundo aparece o bibliotecário, Malachia, guardando o acesso à biblioteca; há um assistente do bibliotecário, monge Berengar; as janelas, que trazem iluminação natural para o ambiente ficam à direita do espectador e, assim, os monges alinham-se mais perto ou mais longe dela; também se nota a arrumação e os móveis contidos no lugar, como os cavaletes que abrigam os livros que estão sendo copiados e os instrumentos utilizados para a tarefa. Vale lembrar que ao *scriptorium* monástico cabia as funções de aquisição, coleção e conservação do acervo do mosteiro (Fevereiro, 1986). Aquisição, porque eram ali mesmo produzidos os livros que integrariam o acervo; coleção, porque só eram copiados os livros de interesse do mosteiro<sup>10</sup>; conservação, por que a cópia era uma forma de postergar a vida de um dado conhecimento, de protegê-lo do desaparecimento.

Outra observação a partir dessa mesma cena é em relação ao número de monges copistas. Martins (2002, p. 100) explica que o *scriptorium* era uma “[...] oficina de copistas em que o número de escribas variava, naturalmente, de acordo com a importância do convento”. Pelo número de cavaletes dispostos no local e pela quantidade de monges que ali trabalham, pode-se inferir que, nesse mosteiro, o *scriptorium* tinha alguma importância – talvez até mesmo financeira. E, uma vez que é notada a existência de copistas, tradutores e ilustradores/iluminadores – funções mencionadas ao longo do filme -, também se conjectura que, possivelmente, todo o processo de fabricação dos livros ocorresse nesse local, sem a necessidade de que alguma parte do processo fosse em *scriptoria*<sup>11</sup> externos.

**Figura 2** - William e Adso chegando ao *scriptorium*



Fonte: *O Nome da Rosa* (1986)

Por meio da cena retratada na figura 2, pode-se pensar no próprio objeto, o livro medieval. No Medievo, todo livro era manuscrito (Murray, 2009). Até que os tipos móveis para impressão fossem inventados por Gutenberg em meados do século XV, o livro medieval é essencialmente produzido de forma artesanal e manuscrita – ainda que fabricado

<sup>10</sup> Funcionando como aquilo que hoje se conhece como uma *política de desenvolvimento de coleções*.

<sup>11</sup> Plural da palavra *scriptorium*.

primordialmente pelos monastérios, fora do claustro outros profissionais costumavam ser empregados para, por exemplo, produzir iluminuras<sup>12</sup>, imagens ou mesmo elaborar letras capitulares<sup>13</sup> (Murray, 2009).

De acordo com Barbier (2018) os livros desse período deixaram de lado o papiro<sup>14</sup> para utilizarem o pergaminho<sup>15</sup>; abandonam o formato de rolo<sup>16</sup>/volume<sup>17</sup> para assumirem o formato de códice<sup>18</sup>/codex<sup>19</sup> – formato que era ideal para os textos que precisavam de constante consulta, como os da Bíblia (Hamel, 2013)<sup>20</sup>. É preciso ressaltar, porém, que tanto o material como o formato do livro medieval já eram utilizados anteriormente, mas foi naquele momento que tanto um como outro se consagraram. Vale lembrar, ainda, que, a princípio, a maioria das cópias era feita em latim (Murray, 2009).

**Figura 3** – Folha de manuscrito com ilustrações e contendo detalhes iluminados



Fonte: *O Nome da Rosa* (1986)

A página ornamentada mostrada na figura 3 apresenta bem o tipo de livro que circulava no Medievo: um objeto muito bem trabalhado manualmente, no qual a narrativa contada pelo

<sup>12</sup> “Imagem pintada sobre a folha de um livro ou outro documento, manuscrito ou impresso, a guache ou têmpera” (Faria; Pericão, 2008, p. 386).

<sup>13</sup> A letra capitular é a letra maiúscula empregada, geralmente, em inícios de capítulos ou partes importantes de um texto, usando um tamanho maior do que aquele do texto (Faria; Pericão, 2008, p. 437).

<sup>14</sup> Planta originária do delta do rio Nilo; da prensagem de seu caule se produz um suporte de escrita que leva o mesmo nome. Embora fosse bastante frágil, foi o suporte de escrita mais usado durante Egito, Grécia e Roma antigos, estendendo seu uso até o século XI (Faria; Pericão, 2008).

<sup>15</sup> Suporte de escrita preparado a partir de peles de animais. Seu nome deriva da cidade de Pérgamo, onde se acredita ser sua origem. Foi o principal suporte de escrita da Idade Média (Faria; Pericão, 2008).

<sup>16</sup> Como rolo se entende “o texto manuscrito numa peça contínua de papiro, pergaminho ou papel, bastante raro depois do século IV d.C., [...]” (Faria; Pericão, 2008, p. 645).

<sup>17</sup> Por volume se compreende o “manuscrito antigo com forma de rolo” (Faria; Pericão, 2008, p. 729).

<sup>18</sup> “Primitivamente, era assim chamada a aglutinação de pequenas tabuinhas enceradas prontas para a escrita, presas numa das pontas por um fio que atravessa os orifícios já existentes. Mais tarde designa o manuscrito em folhas de pergaminho ou papel encadernadas juntas, de modo semelhante ao dos nossos livros” (Faria; Pericão, 2008, p. 170).

<sup>19</sup> “Códice” (Faria; Pericão, 2008, p. 170).

<sup>20</sup> “O rolo é somente conservado para uma categoria muito especial de manuscritos, o chamado ‘rolo dos mortos’ [...]” (Martins, 2002, p. 100).

texto escrito é decorada com iluminuras e miniaturas<sup>21</sup> que, de certa forma, auxiliam a compreensão do leitor, guiando-o pelo texto.

Há que se pensar, ainda, na figura do bibliotecário. Em *O Nome da Rosa* (1986), Malachia, o bibliotecário do mosteiro não é nada parecido com a dimensão que o profissional ocupa atualmente. Milanesi (2013, p.18) explica que por muitos séculos o bibliotecário foi menos “[...] um organizador que existia para facilitar as incursões dos curiosos pelo conhecimento e mais se firmou como um devotado e estranho guardião do saber”. É exatamente essa a figura representada pelo bibliotecário do mosteiro. De modo que essa atitude guardiã pode ser observada, por exemplo, na cena em que William e Adso chegam ao *scriptorium* pela manhã e ele corre para fechar a porta que dá acesso à biblioteca, impedindo-os de acessar o espaço. Em outra cena, Malachia lhe diz que por ordem do abade do local somente ele próprio e seu assistente tem acesso à biblioteca.

**Figura 4** - William e Adso tentam entrar na torre que abriga a biblioteca, mas são impedidos pelo bibliotecário



Fonte: *O Nome da Rosa* (1986)

Pode-se pensar, também, que “na Idade Média, portanto, o livro como elemento sagrado, devia ser mantido sob a guarda de bibliotecários, pela fragilidade do suporte ou do conteúdo da obra ou pela existência de uma cópia única, [...]” (Castro, 2006, p. 9). Como se sabe, esta última possibilidade é o caso retratado em *O Nome da Rosa* (1986): o bibliotecário era o guardião desse item tão precioso – tanto se for pensado a partir da unicidade do objeto, quanto em relação ao conteúdo da obra.

#### 4 BIBLIOTECA E MEMÓRIA

Compreender a biblioteca e sua relação com a memória<sup>22</sup> significa reconhecer que “o documento escrito, o livro, é deste modo um suporte que funciona como a memória de um

<sup>21</sup> “[...]; letra vermelha que era gravada com minio e colocada no início dos capítulos ou parágrafos dos manuscritos antigos para os destacar; pintura pequena e primorosa; iluminura.” (Faria; Pericão, 2008, p. 501).

<sup>22</sup> Neste trabalho, entende-se memória no sentido legoffiano: “a memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 2003, p. 419).

determinado facto ou pensamento; e, se o livro é a memória de um determinado pensamento, então a biblioteca assume uma função de memória coletiva e universal [...]” (Fevereiro, 1986, p. 4). O livro é um suporte de informação e, como tal, ele carrega consigo o conhecimento produzido em uma determinada conjuntura. É neste sentido que se dá a conexão da biblioteca com a memória: ao salvaguardar para a posteridade, para as gerações vindouras, o conhecimento produzido em uma determinada época, ela preserva não somente o livro enquanto um objeto, mas também como um suporte do conhecimento, das ideias daquele período.

Deve-se ter em mente que memória é um exercício feito no presente; uma tensão entre o lembrar e o esquecer. Isso significa que pensar na relação entre bibliotecas e memória implica em entender que nem tudo será preservado – seja por falta de espaço, por não ser do interesse/não estar no escopo de uma dada biblioteca, ou mesmo por não se querer preservar aquele conhecimento – podendo acarretar até mesmo na destruição do objeto que carrega uma ideia, uma informação.

Em termos de Medievo, e especificamente do filme aqui trabalhado, a destruição dos livros “[...] ocorre como consequência do antagonismo entre fé e razão” (Castro, 2006, p. 5). Em *O Nome da Rosa* (1986) um dos monges tenta fazer com que o conhecimento existente em um livro do filósofo grego Aristóteles – que até então se acreditava estar desaparecido – ficasse perdido, não fosse acessado. Por este motivo o monge Jorge de Burgos coloca veneno em suas páginas para que aqueles que lessem aquele livro específico não sobrevivessem. Em outro momento, ele mesmo, em um ataque de fúria, tenta destruir e comer as páginas envenenadas do livro como se fosse uma forma de que aquele conhecimento não fosse perpetuado.

**Figura 5** - O monge rasgando as páginas do livro para comê-las.



Fonte: *O Nome da Rosa* (1986).

O que se pretende deixar claro aqui é que a “[...] biblioteca é um lugar de memória e espaço de armazenamento das materialidades textuais produzidas em tempos e localidades diversos e que desempenha, mesmo com todo o avanço tecnológico, o papel de guardião do conhecimento” (Castro, 2006, p. 14). Ainda que durante a Idade Média a biblioteca fosse pensada mais como um depósito de documentos/livros e menos como um local de acesso à informação ali contida, ainda assim ela desempenhou um papel fundamental de salvaguarda documental. Nas palavras de Martins (2002, p. 96), “[...] o livro medieval conservou os conhecimentos, *guardou-os para a Renascença*, hibernou-os nos conventos, e *preparou*, em

consequência, sem o saber e, em certo sentido, sem o querer, o movimento intelectual que substituiria a tábua medieval de valores”.

O papel de lugar de memória<sup>23</sup> (Nora, 1993) desempenhado pelas bibliotecas dos mosteiros medievais foi, na visão de Martins (2002) um dos motivos que possibilitou acesso às ideias da Antiguidade. Neste sentido, percebe-se a estreita relação entre bibliotecas e memória. Mesmo que tal função não estivesse clara para as bibliotecas monásticas medievais, sua função depositária foi o que possibilitou a preservação dos livros produzidos naquele tempo – seja o livro como objeto, seja como suporte de informação.

## 5 BIBLIOTECA E POLÍTICA

Informação e conhecimento são formas simbólicas de demonstrar poder. Então, “se na Idade Média, os mosteiros com suas bibliotecas constituíam núcleos culturais quase exclusivos, eles constituíam igualmente centros de poder - [...]” (Fevereiro, 1986, p. 5). Em se tratando de Idade Média, eram “[...] os mosteiros [que] faz[iam] penetrar o cristianismo e os valores que ele veicula[va] no mundo camponês” (Le Goff, 2005, p. 115). Como já apontado anteriormente, o mosteiro medieval era um oásis cultural (Le Goff, 2005); e como a informação é parte importante da cultura, ela é, também, uma forma de poder. Isto é,

O mosteiro detinha conhecimentos, fazia deles a sua prioridade exclusiva e guardava-os zelosamente reconhecendo-lhes a preciosidade; deste modo, o seu prestígio e a sua riqueza estavam na razão directa do número e da realidade dos códices que sua biblioteca continha – eles eram a expressão real de seu poder (Fevereiro, 1986, p. 5)

Nesta perspectiva, quanto maior a biblioteca de um mosteiro, quanto maior sua produção livreira e maior a significância de seu *scriptorium*, maior também era o poder detido nessa instituição. A biblioteca, assim, assumiu uma dimensão política, na medida em que seu acervo demonstrou a força da instituição (tanto o mosteiro, como seu responsável), bem como conectou gerações anteriores de clérigos importantes e pensadores (Barbier, 2018).

Tendo em conta as dimensões apresentadas anteriormente – informação e memória – também é possível pensar sobre a dimensão política da biblioteca. Restringir o acesso à informação é uma questão política, da mesma forma que a preservação ou esquecimento de uma memória o é.

Quando o monge Malachia, bibliotecário do mosteiro limita o acesso aos livros da biblioteca, quando ele impõe restrições sobre o que pode ou não ser acessado, ele está exercendo o poder que sua função lhe concede. De forma semelhante, o monge Jorge de Burgos, ao colocar veneno nas páginas de um livro que ele acredita que não deve ser acessado por outros monges, também exercita seu poder dentro da instituição. Ambas as situações assumem caráter político ao demonstrarem, segundo a visão desses monges, que informação não deveria ser de acesso a qualquer um; informação era um bem precioso e precisaria ser guardado a sete chaves ou até ser destruída para que outros não a acessassem. No filme *William* questiona essa visão após sua visita clandestina à biblioteca: “Ninguém deveria ser proibido de consultar esses livros livremente”, ele diz.

<sup>23</sup> Pierre Nora (1993, p. 13) afirma que os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais”. Isto é, o ser humano não mais possui a habilidade, sozinho, de arquivar ou de evocar as memórias que produz; portanto, ele faz uso de ferramentas que o auxiliem neste processo. A biblioteca, assim, é um lugar de memória, pois é uma forma de preservação de conhecimentos e objetos provenientes de outros momentos da história da humanidade.

A dimensão política da memória fica evidente tanto durante a cena em que o monge Jorge de Burgos rasga e come as páginas do livro de Aristóteles, como durante o incêndio na biblioteca – também causado por ele. Ambos os casos foram uma maneira de dizer o que deveria ou não ser preservado para a posteridade, o que poderia ou não continuar no acervo da biblioteca.

**Figura 6** - Monge ateando livro ao fogo



Fonte: *O Nome da Rosa* (1986).

Há que se ter em mente também, conforme Le Goff (2005, p. 109) explica, que “o pensamento antigo sobreviveu à Idade Média atomizado, deformado, humilhado pelo pensamento cristão”. No filme aqui trabalhado, esses são motivos que levaram o monge Jorge de Burgos a não querer que o livro de Aristóteles fosse acessado; de modo que ele acreditava que as ideias ali contidas pudessem estimular pensamentos de oposição à fé cristã. Essa decisão de envenenar as páginas do livro, portanto, foi uma escolha política, tendo em vista que um dos monges exerceu seu poder – ao que parece ele é um dos monges mais velhos daquele mosteiro – de julgar e escolher o que pode ou não ser lido, que ideias podem ou não serem acessadas.

William tem consciência desse cerceamento à informação e de que se tratava de uma decisão política dentro do mosteiro. De forma que após sua visita clandestina à biblioteca ele comentou com Adso que os livros não estão enclausurados, protegidos na biblioteca, sem livre acesso, por conta de sua fragilidade ou preciosismo: “Não, é porque eles [os livros] costumemente contêm uma sabedoria diferente da nossa e ideias que podem encorajar, sem dúvida, a infidelidade à palavra de Deus”, ele diz. Portanto, William notou que o enclausuramento dos livros é, na verdade, um aprisionamento da informação, do conhecimento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Idade Média havia consulta de livros, mas a biblioteca funcionava mais como um depósito de livros do que como um espaço para a disseminação da informação. A biblioteca também exercia a dimensão memorial, preservando para a posteridade o livro como objeto, bem como as ideias neles contidas. Além disso, sua própria existência se torna uma questão política.

A partir do filme *O Nome da Rosa* (1986), esse trabalho se propôs a pensar nas bibliotecas medievais, especificamente aquelas abrigadas em mosteiros, com base em sua relação com a informação, com a memória e com a política. A narrativa fílmica apresentada por

Annaud mostrou como o acesso à informação, mesmo para os monges que habitavam aquele mosteiro italiano, era restrito; ela também expôs como se dava a difícil relação da biblioteca com a memória, onde nem todo livro deveria ser preservado, nem todo saber deveria ser passado adiante; por fim, permeando toda a história, temos a dimensão política da biblioteca, onde pode-se perceber que informação e memória são aspectos políticos da biblioteca – na verdade a própria biblioteca é um espaço político.

O filme aqui trabalhado se colocou como importante ferramenta para compreender a tipologia de biblioteca explanada neste estudo; entendido como representação de um dado momento histórico, ele serviu para trabalhar as dimensões da informação, memória e política das bibliotecas monásticas medievais.

Não se pode esquecer, no entanto, que toda biblioteca é produto de seu tempo. Suas funções de salvaguarda e disseminação da informação, portanto, cambiam de acordo com o momento histórico em que estavam alocadas. Se hoje essas funções são percebidas como essenciais à sobrevivência do conhecimento e de seus suportes, nem sempre foi assim – e isso também fica claro no filme aqui trabalhado. A biblioteca, deste modo, vai corresponder aos anseios e demandas sociais de seu próprio tempo.

O que também se pretende esclarecer aqui é que mesmo com toda a tensão existente em relação à disseminação da informação, à memória e à questão política da biblioteca monástica medieval, ainda assim ela foi capaz de exercer essas funções e perpetuar e salvaguardar as ideias daquele período. E, por mais que com o passar do tempo algumas funções da biblioteca se transformem, outras até mesmo deixem de existir, sua relação com disseminação da informação, com a memória e a política sempre existirão.

Em vista disso, pensar a biblioteca a partir das perspectivas da informação, da memória e da política, é entender que as duas primeiras estão condicionadas às vontades daqueles que detém o poder. Deste modo, acesso à informação e salvaguarda documental são questões políticas. Isto é, a biblioteca monástica se colocou como um espaço político na medida em que seu acesso era restrito - os livros/documentos não eram para todos - e todas as decisões tomadas em seu favor (fossem para preservar ou destruir) eram medidas políticas e de demonstração de poder.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: EdUSP, 2018.

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 01-20, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2026/2148>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EdUSP, 2008.

FEVEREIRO, M. I. B. O nome da rosa: duas perspectivas. **Cadernos de Biblioteconomia Arquivologia e Documentação**, Lisboa, n. 2, p. 3-12, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/139767>. Acesso em: 06 jul. 2022.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? *In* FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HAMEL, Christopher de. The european medieval book. *In*: SUAREZ, Michael F.; WOUNDHUYSSEN, H. R. (ed.). **The book**: a global history. New York: Oxford University Press, 2013.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

MURRAY, Stuart A. P. **The library**: an illustrated history. New York: Skyhorse Publishing, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 06 jun. 2022.

O NOME da Rosa. Direção de Jean-Jacques Annaud. Roteiro de Andrew Birkin, Gérard Brach, Howard Franklin, Alain Godard. [Eberbach]: France 3 Cinéma: Les films Ariane, 1986. 1 DVD (132 min), color.

PERICÃO, Maria da Graça; FARIA, Maria Isabel. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAVAGE, Ernest A. Medieval libraries and the preservation of greek and latin classics. *In*: SAVAGE, Ernest A. **The story of libraries and book-collecting**. London: George Routledge and Sons Limited, [1923].

SILVA, Edlene Oliveira. Cinema e ensino de história: a Idade Média em O Nome da Rosa de Jean-Jacques Annaud. **O Olho da História**, Salvador, n. 17, p. 1-16, dez. 2011. Disponível em: <http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/edlene-1.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.